

PERCEPÇÕES DISCENTES SOBRE A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Elidiane Lemos do Nascimento
Instituto Federal de Alagoas – elidiane07@gmail.com
Elisnando Correia Ferreira
Instituto Federal de Alagoas – elisnando.ferreira@hotmail.com
Michele Santana de Oliveira
Instituto Federal de Alagoas – michelesantana327@gmail.com
Gessika Cecília Carvalho
Instituto Federal de Alagoas – gessikacecilia@hotmail.com
Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana
Instituto Federal de Alagoas – rafaellagraciliano@hotmail.com

Resumo: A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é uma temática bastante discutida nos dias atuais e encontra-se amparada atualmente pela Política Nacional de Educação Especial. Entretanto, para que aconteça de maneira efetiva torna-se de extrema importância compreender as demandas existentes em cada comunidade escolar para a constituição de uma escola realmente inclusiva. O estudo em questão teve como objetivo conhecer as concepções da comunidade acadêmica do Instituto Federal de Alagoas a respeito das concepções de educação inclusiva e impressões acerca da inclusão. Trata-se de um estudo de enfoque qualitativo. Participaram do estudo 108 discentes. Para a coleta dos dados foi utilizado o Questionário de Percepção sobre Educação Inclusiva – QPEI. Para a análise dos dados foi utilizada uma análise de conteúdo, a qual possibilitou a identificação dos núcleos de sentidos das temáticas surgidas e construção de categorias de análise. Diante disso, resultou do estudo a categoria temática: o ponto de vista dos alunos sobre Educação Inclusiva. Pode-se concluir com o estudo que a comunidade escolar tem a compreensão de que a escola necessita estar preparada (aspectos atitudinais) para receber as pessoas público-alvo da Educação Especial, bem como fica clara a necessidade de fomentar discussões, ações, cursos, oficinas, palestras e eventos acerca dos paradigmas da inclusão escolar e social.

Palavras-chave: Inclusão, Educação Inclusiva, NAPNE.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência é um tema de grande relevância já que promove, segundo Ferreira (2007), a participação das minorias sociais em ambientes antes reservados apenas àqueles que se enquadravam nos ideários preestabelecidos e perversos de força, beleza, riqueza, juventude, produtividade e perfeição. Assim sendo, o tema “[...] vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade de a escola atender às diferenças intrínsecas à condição humana” (SILVEIRA; NEVES, 2006, p. 79). Todas as

vezes que são feitas referências à Educação Inclusiva são suscitados os mais variados sentimentos: desde incertezas e angústias até entusiasmos e paixões. Esses sentimentos antagônicos, segundo Souza (2005), são perfeitamente compreensíveis tanto por estarmos inseridos em uma sociedade que mantém cristalizadas concepções tradicionais e preconceituosas, quanto pela “novidade desafiadora” proposta pela Educação Inclusiva.

Ainda que inicialmente as pessoas mudem seu discurso na direção do politicamente esperado e considerado correto, Silva e Aranha (2005) observam que, não raro, as mesmas continuam mantendo um padrão de comportamento tradicional e conservador, que destoa da proposta inovadora da educação inclusiva.

O grande desafio proposto pela inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares em nosso país, segundo Beyer (2005), dependerá de um esforço coletivo que envolva todos os alunos (com ou sem deficiência), os professores, as equipes diretivas e pedagógicas, os funcionários e os gestores do projeto político-pedagógico. As mudanças operacionais necessárias para que as escolas se tornem inclusivas de fato só acontecerão:

[...] quando as instituições reconhecerem suas responsabilidades com cada aluno, abolindo as discriminações e as preferências, oferecendo ao professor melhores condições de atuarem na inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Isto envolve capacitação, conscientização da comunidade escolar sobre deficiências e deficientes, material pedagógico, adaptação curricular, apoio técnico, entre outros (SOUZA, 2005, p. 98).

Observa-se, a partir dessas ponderações, que é longa a distância que separa a educação praticada hoje daquela proposta pelos defensores da inclusão. Silva e Aranha (2005) entendem que, embora seja evidente o aumento no número de matrículas de alunos com deficiência em classes regulares do ensino comum, a mera inserção desses alunos não configura, por si só, uma prática inclusiva de ensino. Na mesma linha, Santos (2001 apud TESSARO et al., 2005) aponta que ainda hoje, erroneamente, muitos entendem a inclusão como a simples prática de colocar pessoas com deficiência estudando com outras que não possuem qualquer deficiência. Entretanto, embora não se possa ainda afirmar que todas as iniciativas de inclusão no país sejam exatamente processos de inclusão vitoriosos, também não se pode negar que, “[...] a educação inclusiva é algo que vem se efetivando, mesmo que a duras penas, buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito” (TESSARO et al., 2005, p. 107).

Práticas inclusivas vêm sendo desenvolvidas e aprimoradas a cada dia no ambiente escolar. E pode-se perceber que os fatores que influenciam diretamente as mudanças são fatores sociais relacionados à aceitação do diferente e o respeito à diversidade.

Partindo desse pressuposto e considerando os aspectos socioculturais como influenciadores da legitimação da inclusão no ambiente escolar, faz-se necessário conhecer as concepções da comunidade escolar do Instituto Federal de Alagoas a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva. Com isso será possível, posteriormente, serem pensadas e desenvolvidas ações no sentido de fomentar a inclusão no ambiente acadêmico.

Nesse sentido, com o apoio do NAPNE, vem sendo desenvolvidas atividades de pesquisa (PIBIC), programas de extensão e projeto de ensino direcionado a diferentes grupos da comunidade escolar – alunos, professores e funcionários. Acreditando que só dessa forma será possível pensar estratégias de atuação desenvolvendo ao máximo a potencialidade apresentada pela comunidade escolar em questão. No estudo que aqui se apresenta traremos dados de um projeto de pesquisa realizado no IFAL – Campus Palmeira dos Índios e Campus Murici, tendo como foco os discentes.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de enfoque qualitativo. A pesquisa de enfoque qualitativo é caracterizada por explorar fenômenos em profundidade, buscando seus significados nos dados obtidos, os quais são obtidos no campo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A pesquisa foi realizada nos dois Campi do Instituto Federal de Alagoas e participaram do estudo 108 estudantes. Foram respeitados os preceitos éticos de acordo com as prerrogativas da resolução 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Portanto, todos os participantes da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE informando-os das questões éticas pertinentes e dos objetivos da pesquisa. Tendo em vista que muitos dos participantes do estudo não apresentaram a idade mínima exigida por lei para responder por seus atos, foi necessário o consentimento dos responsáveis para sua participação. Para tanto, foram entregues aos alunos menores de dezoito anos o TCLE.

Como instrumento de recolha de dados foi utilizado o questionário. Para a análise dos dados foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011, p. 135), esse tipo de análise “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentidos que compõem uma comunicação cuja presença ou

frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Para sua aplicação, foi realizada a leitura dos materiais recolhidos, a fim de identificar as temáticas essenciais e relacionadas ao estudo. Além disso, foi realizada uma exploração dos conteúdos obtidos, levando em consideração critérios temáticos, que favoreceram a elaboração das categorias temáticas *a posteriori*.

Para dar início aos procedimentos de coleta de dados, primeiramente o projeto foi apresentado à direção dos campi, bem como às coordenações de pesquisa dos campi, com vistas a conseguir autorização para realização do mesmo. Em seguida, foi realizado o levantamento dos possíveis participantes no estudo. Posteriormente, deu-se início à construção dos instrumentos de coleta de dados, onde foi possível elaborá-los, selecionar outros instrumentos já existentes e solicitar avaliação por especialistas da área. Para a realização da coleta dos dados, inicialmente, foi realizada a impressão do QPEI nas variadas versões. Todavia, o número de devoluções foi pequeno. Diante disso, utilizou-se a ferramenta de construção de formulários, chamada Google Forms, para construção dos mesmos questionários na versão online. E posteriormente, deu-se início aos contatos com os discentes para aplicação dos questionários. Foram estipulados prazos, que por sua vez foram ampliados, como estratégia de receber mais respostas. Após o término das coletas de dados, deu-se início à análise de conteúdo, buscando-se identificar as respostas convergentes e estabelecer categorias temáticas de discussão.

A análise dos dados coletados foi realizada através do Questionário de Percepção sobre Educação Inclusiva, por meio da avaliação das respostas coletadas dos discentes. Diante disso, os resultados serão apresentados por meio de uma categoria temática preestabelecida a partir da análise dos dados coletados, a saber: o ponto de vista dos alunos do IFAL - Campus Palmeira dos Índios e Campus Murici sobre a Inclusão na instituição.

3 RESULTADOS

3.1 Ponto de vista dos discentes

O resultado dos questionários respondidos pelo corpo discente apresentou quatro maneiras de compreensão sobre o que é educação inclusiva. De maneira que 70% dos alunos acreditam que a educação inclusiva é educar a todos sem diferença, ou seja, é uma educação na qual todos participam podendo realizar as mesmas

atividades no contexto escolar. 11% responderam que a comunidade escolar é a principal responsável para a educação inclusiva através da metodologia de ações e interação dos participantes conseguindo proporcionar a inclusão. 13% defendem a ideia de que a inclusão só acontece quando tem recursos e adaptações do ambiente espacial. Apenas 6% dos discentes acreditam que a inclusão é não ter preconceito das outras pessoas. No quadro 2 encontra-se a descrição das questões abordadas pelos participantes.

Quadro 1 – Caracterização das respostas do QPEI (discentes)

PONTO DE VISTA DOS DISCENTES		Porcentagem (%)
O que é Educação Inclusiva?	Educar a todos sem diferença	70%
	Comunidade escolar como responsável para a educação inclusiva	11%
	Inclusão só acontece quando tem recursos e adaptações do ambiente espacial	13%
	É não ter preconceito das outras pessoas	6%
Educação Inclusiva no IFAL	A escola apresenta uma educação inclusiva	58%
	A escola apresenta parcialmente uma Educação Inclusiva	21%
	Não apresenta uma Educação Inclusiva	18%
	Não sabem se apresenta	3%
O que é deficiência?	Alguma limitação ou algo que impeça de realizar coisas simples	63%
	As diferenças de uma pessoa para outra	22%
	É falta ou ausência de algum membro	15%
Importância de PCD no IFAL	É importante a inclusão de PCD	100%
Recebeu informações sobre PCD e Inclusão na escola	Não receberam informações	66%
	Receberam informações	44%
Conhece pessoas com deficiências na escola	Não conhecem	89%
	Conhecem	11%
Acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL	Não existem dificuldades no acesso e permanência	62%
	Existem dificuldades no acesso e permanência	27%
	Não sabem	11%

Ações/mudanças necessárias na escola	Capacitação da comunidade escolar (servidores e alunos)	80%
	Adequação nos espaços físicos (rampas para salas de aula, banheiros, piso tátil e sinalização braile)	15%
	Aquisição de equipamentos (Livros em braile, computadores adequados).	5%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Referente à opinião sobre a educação inclusiva no IFAL Campus Palmeira dos Índios e Campus Murici, 3% dos discentes não sabem se existe educação inclusiva, 18% falaram que não apresenta, 21% falaram que apresenta parcialmente e 58% falaram que existe inclusão nos dois Campus. Desses, surgiram duas opiniões diferentes, onde 20% falaram que existe inclusão, pois o campus apresenta um espaço adaptado. 80% apresentam uma ideia que o campus apresenta inclusão, por meio de ações realizadas.

No entendimento sobre o que é deficiência, 63% dos discentes relataram que deficiência é alguma limitação ou algo que impeça de realizar coisas simples, 22% falaram que são as diferenças de uma pessoa para outra, que seria algo diferente do “padrão” que acostumamos a ver e 15% falaram que é falta ou ausência de algum membro. As deficiências apresentadas foram citadas de várias maneiras, entre elas: física (23), mentais ou psicológicas (20), visão (24), audição (21), tetraplegia (4), paraplegia (1), cadeirantes (5) e amputados (2).

Em relação à importância da inclusão de pessoas com deficiência, todos os discentes explanaram que era importante. 60% justificaram a importância da educação como direito de todas as pessoas, 29% falaram que todos nós somos iguais e 11% relataram que é importante para o Campus Palmeira dos Índios e Campus Murici apresentar inclusão.

A respeito de ter recebido informações sobre inclusão e de como lidar com pessoas com deficiência, 66% dos alunos falaram que não tiveram nenhuma informação sobre a temática, e somente 44% falaram que tiveram algum tipo de instrução, os quais ressaltaram que a instrução que tiveram foi por meio de pesquisas realizadas.

Referente ao sentir apto à vivência com pessoas com deficiência: 10% dos alunos não se consideram aptos à vivência com pessoas com deficiências, 60% dos discentes responderam que se sentiam aptos, 12% demonstraram que são parcialmente aptos e 9% não souberam responder. Com relação aos discentes que relataram que não se sentem aptos, 40% justificaram que não eram aptos, pois nunca vivenciaram essa experiência e talvez não soubesse como agir, 47% expressaram que não tinham

capacitação necessária e 13% apresentaram em sua resposta que, dependendo da deficiência, eles não saberiam se comunicar. No que diz respeito aos discentes que responderam que se sentem aptos, 50% destes alunos falaram que tinham experiências diariamente ou tiveram o convívio com pessoas com deficiência, 33% alegaram que apesar das diferenças, o respeito é fundamental e 17% se consideram aptos, devido sua disponibilidade para a comunicação.

Ao se tratar do conhecimento de pessoas com algum tipo de deficiência no IFAL Campus Palmeira dos Índios e Campus Murici, 89% falaram que desconhecem a existência de pessoas com deficiência na escola e 11% relataram que tem conhecimento sobre a existência de pessoas com algum tipo de deficiência.

A respeito da opinião dos alunos sobre a possível existência de dificuldades no acesso e permanência de pessoas com deficiência no IFAL: 62% relataram que não existe nenhuma dificuldade no acesso e permanência e 27% falaram que existem dificuldades (dos quais, 71% relataram que era no espaço físico e 29% que não existem pessoas capacitadas para dar o auxílio necessário), e 11% não sabem.

Por fim, a respeito das mudanças necessárias e urgentes na realidade que se apresenta na escola estudada, a fim de atender as necessidades das pessoas com deficiências no processo de inclusão: 60% revelaram que é importante capacitar toda comunidade escolar, desde os alunos até os servidores (docentes, técnicos administrativos, terceirizados e etc.), 25% explanaram sobre o espaço físico (onde citaram as distâncias das rampas para as salas de aulas, o tamanho dos banheiros e a inexistência de pisos táteis e sinalização em Braille), e por fim, 15% relataram a necessidade de buscar equipamentos como livros escritos em braille e computadores especiais para pessoas deficiências visuais.

3.2 Discussão

Tendo em vista que são grandes as dificuldades enfrentadas pela sociedade e por todo sistema de ensino para promover inclusão nos variados contextos, e com maior necessidade no ambiente escolar, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2007).

Diante disso, passou-se a buscar referências para construção de sistemas educacionais inclusivos, repensar as possibilidades de se fazer um ambiente escolar construído para receber qualquer indivíduo, independente das suas

características, necessitando de mudanças nos aspectos estruturais (arquitetônicos e organizacionais) e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2007).

Assim, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial lançou como política destinada à promoção da inclusão escolar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (BRASIL, 2007).

A partir do advento dessas políticas de inclusão, os estados e municípios passaram a buscar formas de implantar programas, projetos e modificar a estrutura de funcionamento para atendimento da população alvo da Educação Especial, nas variadas instâncias educacionais (ensino básico, profissional e/ou superior). Como exemplo disso, tem-se o Atendimento Educacional Especializado – AEE e as Salas de Recurso Multifuncionais, implantadas em todo o Brasil nas escolas públicas municipais e estaduais.

No caso específico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estes passam a regulamentar documentos direcionados a essa perspectiva educacional. A exemplo da Resolução nº 22/CS, de 08 de agosto de 2011, a qual institui o Programa de Assistência aos Estudantes com Necessidades Educacionais Específicas para atender as demandas referentes às pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, e aos que apresentam superdotação / altas habilidades (PDI, 2014). E, em seguida por meio da Portaria nº 909/GR, de 22 de maio de 2012, que cria, em todos os Campi, Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNEs (PDI, 2014).

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, criado a partir da Resolução Nº45/CS, de 22 de dezembro de 2014 no Instituto Federal de Alagoas – IFAL, tem a finalidade de incentivar, mediar e facilitar no processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades específicas. O núcleo é formado por uma equipe multidisciplinar que atua para que o aluno seja incentivado a superar-se e alcançar suas metas.

Desde então, tem crescido o número desses núcleos nos variados Campus do IFAL, e diante das finalidades que lhes foram atribuídas, acredita-se que é por meio destes que se poderá transformar e preparar a comunidade escolar dessa instituição para promover uma Educação Inclusiva, levando em consideração o entendimento dessa instituição acerca dessa temática.

De maneira geral, após a aplicação do estudo em questão foi possível perceber que, mesmo de maneira intuitiva, considerando o senso de justiça, os participantes da pesquisa concebem aspectos fundamentais para o desenvolvimento da inclusão escolar, como a necessidade de promover: o respeito à diversidade; educação com as mesmas oportunidades; a necessidade da pessoa com deficiência na escola regular; e a grande importância da comunidade escolar para que a inclusão venha a acontecer de maneira exitosa. Pode-se dizer que a maior parte dos participantes se aproxima da compreensão da concepção de Educação Inclusiva direcionada pela política nacional e conseqüentemente, institucional.

Em relação à compreensão se o Campus Palmeira dos Índios e Campus Murici promovem uma Educação Inclusiva, 50% acreditam que a escola promove uma educação inclusiva. Uma parte desses alunos atribui essa opinião à escola possuir acessibilidade arquitetônica. Tendo em vista que ainda são poucas as pessoas com deficiência na instituição, sobretudo aquelas mais visíveis, como deficiência física e deficiência visual, se tornam menos perceptíveis as problemáticas existentes, sobretudo quando referentes às barreiras atitudinais.

É importante ressaltar que tendenciosamente o número de pessoas com tais características irá aumentar tendo em vista a implementação da Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016). E que diante disso, haverá a necessidade de maiores investimentos no processo de implementação de tais políticas, bem como de fortalecimento dos NAPNEs.

No Campus Palmeira dos Índios e no Campus Murici, que realizam atividades em parceria nas áreas de Pesquisa, Ensino e Extensão, o NAPNE vem se desenvolvendo desde 2015.

Acredita-se que por meio da equipe multidisciplinar do NAPNE, pode-se conseguir a participação mútua da comunidade e tornar exitoso o processo de inclusão escolar no IFAL.

Pôde-se notar também que a maior parte dos participantes não tinha o conhecimento da existência de pessoas com deficiência na escola. E que essa é uma temática que ainda necessita ser mais discutida na escola, uma vez que a maioria dos participantes não recebeu informações sobre a temática. Tornando-se necessária a implementação de ações em conjunto, sobretudo referente aos processos informativos e formativos.

4 CONCLUSÕES

As mudanças e as adaptações das práticas são fundamentais para um bom desenvolvimento do trabalho acadêmico, pois entender o mundo no qual o aluno com deficiência está inserido é o primeiro passo a ser desenvolvido. Proporcionar atividades interessantes que cativem a curiosidade do aluno, mesmo aqueles que não apresentem necessidades específicas, é essencial. Atividades concretas e bem fundamentadas poderão transformar o ambiente escolar em um lugar de trocas de experiências e aprendizagens. Pois o aluno com deficiência será bem-vindo, terá sua deficiência reconhecida, suas necessidades específicas atendidas e os alunos sem deficiência irão perceber a importância de repensar alguns conceitos. Com isso poderão conviver com as diversidades e entender que elas são positivas.

Ações no sentido de incentivar e promover a inclusão do aluno com necessidades específicas podem e devem ser realizadas através do NAPNE. Pois consideramos o mesmo um divisor de águas. Esse órgão tornou-se um espaço aberto à ampliação de ações que envolvam a valorização da diversidade. O núcleo ainda está no início de seus trabalhos, porém já conseguimos perceber as conquistas proporcionadas por suas ações. Como por exemplo, a abertura dos alunos e a disponibilidade em receber pessoas com necessidades específicas e a necessidade declarada de se preparar para isso, bem como o entendimento do que seja a inclusão educacional.

Cabe ao NAPNE avaliar continuamente os mecanismos de atuação, divulgar mais efetivamente o Núcleo na perspectiva em atender a um maior número de alunos, como ainda considerar os relatos e as sugestões dos alunos à necessidade dos apoios institucionais. Cabe também ao NAPNE ofertar cursos à comunidade escolar no intuito de eliminar as resistências atitudinais em conformidade com a proposta da equipe do Núcleo. Ao NAPNE, pertence à atuação no sentido de efetivar os propósitos do TEC NEP, sob o olhar humanístico-sistemático à melhoria do atendimento. É necessário considerar que o atendimento aos alunos com necessidades específicas não é puramente o cumprimento de determinações legais e/ou normativas, mas sim um conjunto de tomadas de decisões que almejam o exercício da plena cidadania desses alunos e da coletividade.

Por fim, estudos como esse que aqui se apresenta, promovem uma reflexão acerca da atuação do NAPNE e dos envolvidos nesse processo educativo, na expectativa da contribuição para o repensar e o ressignificar das práticas inclusivas na educação profissional tecnológica em meio à educação brasileira. Lançamos a democrática proposta, de expandirmos essa discussão no meio acadêmico e fora

dos seus muros, na perspectiva da troca de saberes, ainda que sejam poucas as pesquisas científicas nessa área.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Resolução N°45/CS, de 22 de dezembro de 2014.** Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE / Instituto Federal de Alagoas – IFAL. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/conselhosuperior/resolucoes/2014/Res%20No%2045-CS-2014-Aprova%20a%20Regulamentacao%20do%20NAPNE-IFAL.pdf/view>>. Acesso em: 20/08/2017.

ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI / IFAL (2014/2018).** Maceió: Comissão Central de Elaboração do PDI / IFAL, 2014.

BARBOSA, M. O.; FUMES, N. L. F. A Acessibilidade e os apoios pedagógicos disponíveis para os alunos com deficiência na pós-graduação a partir do ponto de vista dos professores e coordenadores. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, 4, 2010, Natal. **Anais:**Inclusão Escolar e Social: novos aportes, novos contextos. Natal: EDUFRN, 2010a. 1 CD.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BEYER, H. O. **Educação Inclusiva ou Integração Escolar? Implicações pedagógicas dos conceitos como rupturas paradigmáticas.** 2006, p. 279. In: . Acesso em: 15 abr. 2008.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, p. 543 -560, 2007. Disponível em: . Acesso em: 20 março 2010.

FRANÇA, J. GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva.** p. 15-35. In GLAT, Rosana (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. 1 ed.Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. 210 p.

GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva:** cultura e cotidiano escolar. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 210 p.

MAHL, E. Práticas pedagógicas dos professores de Educação Física frente a inclusão de alunos com deficiência. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SILVA, S. C. da; ARANHA, M. S. Interação entre professora e alunos em salas de aula com proposta pedagógica de Educação Inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, set.- dez. 2005, v. 11, n. 3, p. 373 -394.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. da J. Inclusão escolar de crianças com deficiência múltipla: concepções de pais e professores. **Psic.:Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 79-88, jan./abr.

TESSARO, N. S.; WARICODA, A. S. R.; BOLONHEIS, R. C. M.; ROSA, A. P. B. Inclusão escolar: visão de alunos sem necessidades educativas especiais. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2005, v. 9, n. 1 , p. 105-115.